

**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO COM
ESFORÇOS RESTRITOS, DA BRASILFACTORS S.A.**

ENTRE

BRASILFACTORS S.A.
COMO EMISSORA

E

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.
COMO AGENTE FIDUCIÁRIO

07 DE NOVEMBRO DE 2012



**ESCRITURA PARTICULAR DA 1ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM
AÇÕES, EM DUAS SÉRIES, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO COM
ESFORÇOS RESTRITOS, DA BRASILFACTORS S.A.**

Pelo presente instrumento particular,

BRASILFACTORS S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a CVM – Comissão de Valores Mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, n.º 1681, 8º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 13.891.727/0001-58, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (a “Emissora”);

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., sociedade limitada, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 67.030.395/0001-46, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima n.º 3.900, 10º andar, na qualidade de representante da comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures da presente emissão (os “Debenturistas”), neste ato representada na forma de seu Contrato Social, (o “Agente Fiduciário”);

vêm, por esta, celebrar a “Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, para Distribuição com Esforços Restritos, da Brasilfactors S.A.” (a “Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA
AUTORIZAÇÃO**

1.1. A presente Escritura é celebrada com base na deliberação tomada em Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Emissora realizada em 9 de outubro de 2012 (a “AGE”) na qual foram aprovados os termos e condições da Emissão, nos termos do artigo 59, da Lei das Sociedades por Ações.

**CLÁUSULA SEGUNDA
REQUISITOS**

A 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, em duas série, da espécie quirografária (a “Emissão” e as “Debêntures”, respectivamente) será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação das Atas de AGE

2.1.1 A ata de AGE da Emissora que deliberou sobre a Emissão, referida no item 1.1 acima, será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (a “JUCESP”) havendo seu



extrato sido publicado no jornal "O Dia" e no "Diário Oficial do Estado de São Paulo", ambos no dia 07 de novembro de 2012 (os "Jornais de Publicação").

2.1.2. Os atos societários da Emissora que pela lei são passíveis de serem arquivados e publicados e que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da Escritura também deverão ser arquivados na JUCESP e publicados nos Jornais de Publicação, conforme legislação em vigor.

2.1.3. A Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário cópia da ata da AGE, bem como das respectivas publicações, em até 10 (dez) Dias Úteis contados das respectivas datas de arquivamento e publicações.

2.2. Arquivamento da Escritura

2.2.1. A presente Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser arquivados na JUCESP, de acordo com o exigido pelo artigo 62 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (a "Lei das Sociedades por Ações").

2.3. Dispensa de Registro perante a CVM

A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na Comissão de Valores Mobiliários (a "CVM") de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (a "Instrução CVM 476"), por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

2.4. Registro perante a CETIP

As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (o "SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (a "CETIP"), sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 3.6 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (o "SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.5. Dispensa de Registro perante a ANBIMA

A presente Emissão está dispensada de registro perante a Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (a "ANBIMA") por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição e por não haver prospecto, nos



termos do parágrafo 1º, do artigo 23 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

CLÁUSULA TERCEIRA **CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO**

3.1. Objeto Social da Emissora

A Emissora tem por objeto:

- a) A prestação de uma ou mais das seguintes modalidades de serviços:
 - i. Avaliação do padrão creditício de pessoas jurídicas e naturais;
 - ii. Acompanhamento de contas a receber e a pagar e/ou do processo produtivo
 - iii. Seleção de sacados devedores e fornecedores de matérias-prima, insumos e estoques;
 - iv. Cobrança de créditos;
 - v. Assessoria em operações de comércio exterior para prestação dos serviços prestados nos itens (i) e (iv) acima
- b) fomento à produção e atividades mercantis de seus clientes; e
- c) compra total ou parcial de direitos creditórios, conforme definidos na Resolução do Conselho Monetário Nacional n.º 2.907 de 29 de novembro de 2001, conforme alterada

3.2. Número da Emissão

A presente Escritura constitui a 1ª emissão de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor da Emissão

O valor total da Emissão será de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), divididos em duas séries de R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) cada, nas respectivas Datas de Emissão (conforme definido a seguir).

3.4. Número de Séries

A Emissão é realizada em duas séries.

3.5. Destinação dos Recursos

Os recursos obtidos por meio da presente Emissão de Debêntures serão destinados à suportar os negócios da empresa previstos no objeto social.



3.6. Registro para Distribuição e Negociação

3.6.1. As Debêntures serão registradas (i) para distribuição pública no mercado primário por meio do SDT; e (ii) para negociação em mercado secundário por meio do SND, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas através da CETIP.

3.6.2. As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado e/ou não organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelos Investidores Qualificados (conforme definido a seguir), nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações do artigo 17 da Instrução CVM 476.

3.6.3. As Debêntures somente poderão ser adquiridas por investidores qualificados, conforme definido na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (a “Instrução CVM 409”), e observado o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 (os “Investidores Qualificados”), poderão adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º, do artigo 15 da Instrução CVM 476.

3.7. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.7.1. As Debêntures serão objeto de oferta pública com esforços restritos de distribuição, nos termos do “Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos da 1ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, da Brasilfactors S.A.” (o “Contrato de Colocação”), sob o regime de melhores esforços com intermediação da Concórdia S.A. Corretora de Valores Mobiliários, Câmbio e Commodities, instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Líbero Badaró, nº 425, 23º andar, CEP 01009-905, inscrita no CNPJ/MF sob nº 52.904.364/0001-08 (o “Coordenador Líder”).

3.7.2. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (o “Plano de Distribuição”). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado que fundos de investimento cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos nesta Cláusula. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a Emissão.

3.7.3. A Emissão não contará com a hipótese de emissão de lote adicional ou de lote suplementar nos termos do Artigo 14, Parágrafo 2º e do Artigo 24 da Instrução CVM 400, respectivamente.

3.7.4. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o Plano de Distribuição previsto nesta Cláusula Terceira.



3.7.5. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, estar ciente de que (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura, no Contrato de Colocação e na regulamentação aplicável; e (iii) concorda com todos os termos e condições dessa Emissão.

3.7.6. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados ao adquirir Debêntures no âmbito da Emissão.

3.7.7. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures e/ou contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

3.7.8. A Emissora obriga-se a: (a) não contatar ou fornecer informações acerca da Emissão a qualquer potencial investidor, exceto se previamente acordado com o Coordenador Líder; e (b) informar ao Coordenador Líder, até o Dia Útil imediatamente subsequente, a ocorrência de contato que receba de potenciais investidores que venham a manifestar seu interesse na Emissão, comprometendo-se desde já a não tomar qualquer providência em relação aos referidos potenciais investidores neste período.

3.7.9. A Emissora e o Coordenador Líder não deverão realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

CLÁUSULA QUARTA CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. Valor Nominal Unitário: O valor nominal unitário das Debêntures de cada série é de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), nas respectivas Datas de Emissão (o "Valor Nominal Unitário").

4.1.2. Número de Séries: A Emissão é realizada em duas séries.

4.1.3. Forma: As Debêntures são da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.4. Comprovação de Titularidade das Debêntures: A Emissora não emitirá certificados das Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Escrituradora, conforme definido na Cláusula 4.5 desta Escritura. Adicionalmente, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETP, será



reconhecido como comprovante de titularidade o extrato em nome do Debenturista, expedido pela CETIP, quando estas debêntures estiverem depositadas no SND.

4.1.5. Espécie: As Debêntures são da espécie quirografária.

4.1.6. Conversibilidade: As Debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações da Emissora.

4.1.7. Datas de Emissão: Para todos os fins e efeitos legais, a data da Emissão da primeira série e da 2ª série será 16 de novembro de 2012 (as "Datas de Emissão").

4.1.8. Data de Vencimento: O prazo de vencimento das Debêntures, da primeira e segunda série, é de 02 (dois) anos a contar das respectivas Datas de Emissão, tendo vencimento final em 16 de novembro de 2014 (as "Datas de Vencimento").

4.2. Remuneração

4.2.1. As Debêntures de ambas as séries farão jus a Juros Remuneratórios correspondentes a 115% (cento e quinze por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxas DI"), incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde as respectivas datas da primeira subscrição e integralização de cada série até as efetivas Datas de Vencimento ("Juros Remuneratórios").

4.2.1.1 Os Juros Remuneratórios correspondentes ao Período de Capitalização (conforme definido a seguir) serão pagos nas respectivas Datas de Vencimento, ou, caso estes não sejam Dias Úteis, no primeiro Dia Útil subsequente, conforme o caso.

4.2.2. Define-se "Período de Capitalização das Debêntures" como sendo o intervalo de tempo que se inicia nas respectivas datas da primeira subscrição e integralização de cada série e termina nas respectivas Datas de Vencimento.

4.2.3. O cálculo dos Juros Remuneratórios será realizado por meio da seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorDI - 1]\}$$

Sendo:

J valor dos Juros Remuneratórios devidos no final do Período de Capitalização das Debêntures calculada com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;



VNa Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e

FatorDI produtório das Taxas DI-Over com uso do percentual aplicado, das respectivas datas da primeira subscrição e integralização de cada série, inclusive, até a Data de Vencimento, exclusive, com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma.

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^{n_{DI}} \left[1 + \left(\text{TDI}_k \times \frac{p}{100} \right) \right]$$

Sendo:

- n_{DI} = número total de Taxas DI-Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo " n_{DI} " um número inteiro;
 p = 115,00 (cento e quinze inteiros);
 TDI_k = Taxa DI, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left(\frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

- k = 1, 2, ..., n ;
 DI_k = Taxa DI divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (overnight), utilizada com 2 (duas) casas decimais.

4.3. Atualização do Valor Nominal Unitário

4.3.1. Não haverá atualização monetária do Valor Nominal das Debêntures por qualquer índice.

4.4. Amortização

O Valor Nominal das Debêntures será amortizado pela Emissora nas respectivas Datas de Vencimento de cada série de Debêntures.

4.5. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND



(a) na sede da Emissora ou do Banco Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim;

4.6. Banco Mandatário e Instituição Escriuradora

O banco mandatário da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Praça Aldredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Torre Olavo Setubal, Cep. 04344-902, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 (o “Banco Mandatário”) e a instituição escrituradora das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 10º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 (a “Instituição Escriuradora”, sendo que essas definições incluem qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário e a Instituição Escriuradora). A Instituição Escriuradora será responsável por efetuar a escrituração das Debêntures.

4.7. Subscrição

4.7.1. Prazo de Subscrição: As Debêntures serão subscritas e integralizadas a qualquer tempo, a partir da data de início da distribuição de cada série de Debêntures, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476 (a “Data de Subscrição”).

4.7.2. Preço de Subscrição: O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário acrescido de Juros Remuneratórios, calculada *pro rata temporis* desde as respectivas datas da primeira subscrição e integralização de cada série até a Data de Subscrição.

4.7.3. Direito de Preferência: Não há direito de preferência dos atuais acionistas da Emissora na subscrição das Debêntures.

4.8. Integralização e Forma de Pagamento

4.8.1. As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato de subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP. O montante a ser recebido pela Emissora em decorrência dos valores pagos pelos Debenturistas a título de integralização das Debêntures será depositado em conta bancária de n.º 14105635-0, de titularidade da Emissora, mantida junto ao Banco BICBANCO S.A., na agência 00007.

4.9. Repactuação

As Debêntures desta Emissão não estão sujeitas à repactuação programada.

4.10. Resgate Antecipado Facultativo

4.10.1. Após decorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados das respectivas Datas



de Emissão, a Emissora poderá, mediante publicação de aviso prévio (o “Aviso Prévio”) de 15 (quinze) dias aos respectivos Debenturistas, que deverá ser publicado no jornal “O Dia”, o qual conterà, inclusive, no caso de resgate parcial, o valor máximo a ser utilizado pela Emissora para sua realização, promover o resgate antecipado, total ou parcial, das Debêntures desta Emissão em circulação, pelo pagamento de seu Valor Nominal Unitário, acrescido de Juros Remuneratórios, calculada *pro rata temporis*, a partir das respectivas datas da primeira subscrição e integralização de cada série. Não será devido, pela Emissora, nenhum valor referente a prêmio ou bônus sobre o saldo a ser resgatado.

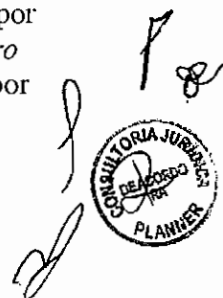
4.10.2. Exclusivamente no caso de resgate parcial, nos 15 (quinze) dias posteriores à publicação do Aviso Prévio, os Debenturistas poderão se habilitar ao resgate das Debêntures de que sejam titulares junto ao Agente Fiduciário com cópia para a Emissora. Se a quantidade de Debêntures habilitadas exceder o número de Debêntures a serem resgatadas, conforme informado no Aviso Prévio, será efetuado sorteio, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, coordenado pelo Agente Fiduciário, para determinar as demais Debêntures que serão resgatadas. Se a quantidade de Debêntures habilitadas for inferior ao número de Debêntures a serem resgatadas, conforme informado no Aviso Prévio, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures habilitadas e, sobre a diferença, realizar sorteio, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações, coordenado pelo Agente Fiduciário, para determinar as demais Debêntures que serão resgatadas. As Debêntures objeto de tal aquisição deverão ser canceladas.

4.10.2.1. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, a operacionalização do resgate seguirá os procedimentos adotados pela CETIP, a qual deverá ser notificada pela Emissora e pelo Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis de sua realização. Adicionalmente, a Comunicação de Resgate Antecipado deverá ser enviada ao Banco Mandatário, com antecedência mínima de 1 (um) dia útil da data do Resgate Antecipado.

4.10.2.2. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, o Resgate Antecipado parcial deverá ocorrer por meio de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e validação da quantidade de Debêntures a serem resgatadas serão realizadas fora do âmbito da CETIP, observado que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate parcial, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

4.11. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal acrescido de Juros Remuneratórios, calculado *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por



Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou ser colocadas novamente no mercado.

4.12. Imunidade Tributária de Debenturistas

4.12.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, até 15 (quinze) Dias Úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.12.2. O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.13.1 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Mandatário ou pela Emissora.

4.13. Prorrogação de Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro Dia Útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.14. Encargos Moratórios e Multas

Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso, independente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos de Juros Remuneratórios desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

4.15. Decadência dos Direitos aos Acréscimos:



O não comparecimento do Debiturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, não lhe dará direito ao recebimento de Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento dos Juros Remuneratórios.

4.16. Publicidade

Todos os avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debituristas, serão publicados nos Jornais de Publicação da Emissora, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário qualquer publicação na data da sua realização. Na hipótese de alteração dos Jornais de Publicação da Emissora, a qualquer título, os avisos e demais atos e decisões a que se referem esta Cláusula deverão ser publicados, no mínimo, nos Jornais de Publicação.

CLÁUSULA QUINTA VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1. Observados os itens 5.1.1, 5.1.1.1 e 5.1.2 a seguir, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (os "Evento de Inadimplemento"):

- (a) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanada no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado de seu vencimento;
- (b) descumprimento, pela Emissora ou por qualquer de suas controladas, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures estabelecida nesta Escritura, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário ou por qualquer terceiro à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (c) se as obrigações de pagar da Emissora previstas nesta Escritura deixarem de concorrer, no mínimo, em condições *pari passu* com as demais dívidas quirografárias da Emissora, ressalvadas as obrigações que gozem de preferência por força de disposição legal;



- (d) pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora, ou por qualquer de suas Controladas Relevantes (conforme definido no item 5.1.5 a seguir);
- (e) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora, por qualquer de suas Controladas Relevantes, e/ou de qualquer de seus acionistas controladores;
- (f) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora em montante individual ou total igual ou superior a 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- (g) protestos de títulos contra a Emissora cujo valor total inadimplido individual ou total ultrapasse R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora, ou suas Controladas Relevantes, ou se for cancelado, ou ainda, se o valor dos títulos protestados for objeto de sustação judicial ou depósito em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos de sua ocorrência;
- (h) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura, não sanado dentro de 30 (trinta) dias da comunicação do referido descumprimento: (i) pela Emissora ao Agente Fiduciário, ou (ii) pelo Agente Fiduciário ou por qualquer terceiro à Emissora, dos dois o que ocorrer primeiro, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (i) ocorrência de incorporação da Emissora por quaisquer terceiros acima de 40% (quarenta por cento), e/ou realização de fusão, cisão ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora que não tenha sido previamente aprovada por Debenturistas que representem no mínimo 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação, em AGD especialmente convocada para esse fim, exceto se a incorporação, fusão ou cisão atender aos requisitos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- (j) Ocorrência de qualquer alteração na composição do capital social da Emissora ou de suas Controladas Relevantes acima de 40% (quarenta por cento), ou qualquer alienação, cessão ou transferência, direta ou indireta, de ações do capital social da Emissora ou de suas Controladas Relevantes, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na Troca de Controle Acionário da Emissora, conforme abaixo definido, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em AGD convocada especificamente para esse fim.
- (k) alteração ou modificação do objeto social da Emissora e/ou de suas Controladas Relevantes que implique em exclusão ou mudança relevante das principais atividades realizadas pela Emissora;



- (l) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura ou no Contrato de Colocação;
- (m) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, ressalvado, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (n) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedade por Ações, sem que haja a autorização dos Debenturistas;
- (o) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto se, dentro do prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (p) não cumprimento de qualquer decisão final e irreversível contra a Emissora em valor unitário ou agregado superior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), corrigidos anualmente a partir da primeira Data de Emissão pelo CDI, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data estipulada para pagamento;
- (q) realização de redução de capital social da Emissora com outra finalidade que não a absorção de prejuízos, após a data de registro da Emissão junto à CVM, sem que haja anuência prévia dos Debenturistas;
- (r) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora das obrigações assumidas nesta Escritura, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- (s) prática, pela Emissora de qualquer ato em desacordo com o Estatuto Social da Emissora, a presente Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora perante a comunhão de Debenturistas;
- (t) oneração de ativos da Emissora que afete de forma negativa e relevante sua capacidade de pagamento; e
- (u) demais casos previstos em lei e nesta Escritura.

5.1.1. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas “d”, “e”, “k” e “m” da



Cláusula 5.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas.

5.1.2. Na ocorrência de qualquer dos eventos indicados nas alíneas “a”, “b”, “c”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “l”, “n”, “o”, “p”, “q”, “r”, “s”, “t” e “u” da Cláusula 5.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 72 (setenta e duas) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula Oitava a seguir e o quorum específico estabelecido no item 5.1.3 a seguir.

5.1.3. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá, mediante deliberação de 66% (sessenta e seis por cento) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures. Não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas conforme disposto na Cláusula 5.1.2, ou em não havendo deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização, e/ou quorum necessário para tanto, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures.

5.1.4. Na ocorrência da declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado, acrescido da Juros Remuneratórios e dos encargos moratórios, calculados *pro rata temporis* desde as respectivas datas da primeira subscrição e integralização de cada série até a data do seu efetivo pagamento e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 15 (quinze) dias úteis contados de comunicação nesse sentido, a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora no endereço constante da Cláusula 10.4 a seguir, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios.

5.1.5. Para fins das alíneas “d” e “e” da Cláusula 5.1 acima, será considerado como pedido ou decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definido, em ambos os casos, na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

CLÁUSULA SEXTA OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (a) apresentar ao público, em até 15 (quinze) Dias Úteis contados de sua tomada, as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;



- (b) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder e autoridades cabíveis no prazo de até 15 (quinze) Dias Úteis após seu recebimento, (i) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial recebida pela Emissora e/ou suas controladas, controladoras, sociedades sob controle comum, coligadas que possa ter ou causar um efeito adverso relevante nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora e/ou no cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e das Debêntures, no todo ou em parte (em conjunto, "Efeito Adverso Relevante"); e (ii) informações sobre qualquer evento que possa ter ou causar um Efeito Adverso Relevante;
- (c) comunicar em até 15 (quinze) Dias Úteis ao Coordenador Líder e ao Agente Fiduciário qualquer fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, que possa impactar sua condição financeira, societária e/ou operacional, qualquer de seus controladores, suas controladas e coligadas que possa afetar a decisão dos Investidores Qualificados de adquirir as Debêntures;
- (d) encaminhar ao Agente Fiduciário cópias das atas de assembleias gerais que deliberem a respeito de matérias relacionadas à Emissão e que de alguma forma envolvam o interesse dos Debenturistas, no prazo de 30 (trinta) Dias Úteis contados da data em que forem publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (e) não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (a "Instrução CVM 400");
- (f) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da Comunicação de Encerramento, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;
- (g) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, de (a) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;
- (h) fornecer dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias após o término de cada exercício social ou na data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo período encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes no caso das anuais, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora ou à sua administração, e respectivas respostas, com referência ao sistema



de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora; e (b) declaração dos diretores da Emissora atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes nesta Escritura;

- (i) comprovar ao Agente Fiduciário em até 15 (quinze) dias, a partir da data de liquidação das Debêntures, a destinação dos recursos oriundos desta Emissão, conforme descritos na Cláusula 3.5 desta Escritura;
- (j) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante todo o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (k) divulgação de suas demonstrações financeiras de encerramento do último exercício social, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, até a data da liquidação financeira da Emissão;
- (l) atender integralmente às obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM; (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, e manter tais documentos disponíveis na mesma página por um prazo de 3 (três) anos; (d) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada (a "Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação; (e) divulgar a ocorrência de fato relevante em sua página na rede mundial de computadores, comunicando imediatamente ao Coordenador Líder; e (f) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- (m) manter, em adequado funcionamento, atendimento eficiente aos Debenturistas ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (n) atender, de forma eficiente, às solicitações legítimas dos Debenturistas e do Agente Fiduciário;
- (o) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacionem às Debêntures, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (p) cumprir as obrigações que lhes são aplicáveis nos termos da legislação e regulamentação vigentes, inclusive ambiental, diligenciando para que suas atividades atendam às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais;
- (q) não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;



- (r) conduzir todas as operações com partes relacionadas, em valores de mercados equitativos;
- (s) não praticar qualquer ato em desacordo com o seu Estatuto Social, com esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- (t) contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Banco Mandatário, a agência classificadora de risco, os sistemas de negociação das Debêntures no mercado secundário (SND);
- (u) efetuar, sempre que solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário;
- (v) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (w) manter válidas e regulares, durante o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações prestadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável;
- (x) informar ao Agente Fiduciário qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que possa impactar os critérios e parâmetros de cálculo dos Índices Financeiros;
- (y) manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- (z) notificar, em até 1 (um) Dia Útil, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas pela Emissora;
- (aa) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitado;
- (bb) autorizar o Coordenador Líder, nos limites da legislação em vigor, a divulgar os termos da Emissão, inclusive *marketing* com o logo da Emissora, por qualquer meio;
- (cc) prestar informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos Investidores Qualificados uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão;
- (dd) com suas coligadas, controladas ou sociedade sob controle comum, apresentar documentos que não contenham impropriedades que possam prejudicar a regularidade da Emissão;



- (ee) realizar a manutenção de toda a estrutura de contratos e demais acordos existentes e relevantes, os quais dão a ela ou qualquer controlada, direta ou indireta, condição fundamental de funcionamento;
- (ff) comunicar o Agente Fiduciário, em até 10 (dez) Dias Úteis, a ocorrência de qualquer evento previsto na Cláusula 5.1 acima;
- (gg) exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- (hh) informar e enviar o organograma, os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual a que se refere a Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (a "Instrução CVM 28") que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para a sua disponibilização à CVM. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social;
- (ii) tomar todas as medidas necessárias para: (i) preservar todos os seus direitos, títulos de propriedade, e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios e os negócios de suas subsidiárias dentro do respectivo objeto social; (ii) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, todas as suas obrigações trabalhistas, comerciais e outras; e (iv) estender as medidas dispostas nos itens (i) e (ii) para as sociedades sob seu controle; e

CLÁUSULA SÉTIMA AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, a Planner Trustee DTVM Ltda., qualificada no preâmbulo desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

7.2. Remuneração do Agente Fiduciário

7.2.1. Será devida ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração anual equivalente à R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais) (a "Remuneração do Agente Fiduciário"), sendo a primeira parcela devida 05 (cinco) dias úteis após a assinatura da



Escritura e as demais parcelas no mesmo dia dos anos subsequentes até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas.

7.2.2. Sobre a Remuneração do Agente Fiduciário deverão ser acrescidos os valores relativos aos impostos incidentes sobre o faturamento (a saber: Imposto sobre serviços de qualquer natureza - ISSQN, a Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS), incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, majorações das alíquotas já existentes, de forma que o valor da Remuneração do Agente Fiduciário previsto no parágrafo anterior seja a remuneração líquida do Agente Fiduciário.

7.2.3. A Remuneração do Agente Fiduciário será atualizada anualmente, de acordo com a variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (o “IGP-M”), ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata temporis*;

7.2.4. O Agente Fiduciário fará jus a uma remuneração adicional (a “Remuneração Adicional do Agente Fiduciário”) nas hipóteses de (i) inadimplemento das obrigações pecuniárias ou não pecuniárias da Emissão, (ii) reestruturação das condições da emissão após a subscrição e integralização dos títulos, (iii) participação do Agente Fiduciário em reuniões ou conferências telefônicas, e/ou (iv) atendimento pelo Agente Fiduciário às solicitações extraordinárias. A Remuneração Adicional do Agente Fiduciário será calculada pelo número de horas efetivamente trabalhadas pelo Agente Fiduciário, sendo o valor equivalente à R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais) por homem-hora de trabalho dedicado à (a) execução das garantias, (b) comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou Debenturistas; e (c) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos.

7.2.4.1. Para fins do item 7.2.4 acima, entende-se por reestruturação das condições da Emissão os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) do prazo de pagamento; e (iii) das condições relacionados ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados a amortização e resgate antecipado das Debêntures não são considerados como reestruturação das condições da Emissão.

7.2.4.2. A Remuneração Adicional do Agente Fiduciário será paga no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário à Emissora, de relatório de horas trabalhadas.

7.2.5. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da Remuneração do Agente Fiduciário e/ou da Remuneração Adicional do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido;

7.2.6. A Remuneração do Agente Fiduciário e/ou da Remuneração Adicional do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário,



ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não incluem o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

7.3. Substituição

7.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 60 (sessenta) dias contados do evento que a determinar, Assembleia dos Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, dos títulos em circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembleia Geral de Debenturistas que escolher o novo agente fiduciário, observado o disposto no item 7.3.6. a seguir.

7.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

7.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia especialmente convocada para esse fim.

7.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

7.3.6. Em nenhuma hipótese, a substituição do Agente Fiduciário implicará remuneração para o novo agente fiduciário superior à remuneração ora avençada.

7.3.7. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser arquivado na JUCESP.

7.3.8. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo a sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a efetiva substituição ou até a data de vencimento das debêntures.

7.3.9. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da



regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;

- (k) caso aplicável, enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas;
- (l) comparecer à Assembleia dos Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e, caso aplicável, enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da Assembleia de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da Assembleia;
- (m) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º alínea "b" da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (m.1) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (m.2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (m.3) comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (m.4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (m.5) aquisição facultativa e pagamento de remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (m.6) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (m.7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora neste instrumento;
 - (m.8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
 - (m.9) resgate, amortização, conversão e pagamento de juros das Debêntures realizado no período, conforme aplicável, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; e



- (m.10) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
- (n) Colocar à disposição o relatório de que trata o inciso "m" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
- (n.1) na sede da Emissora;
 - (n.2) no seu escritório, localizado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900, 10º andar, Itaim Bibi, São Paulo/SP;
 - (n.4) no SND;
 - (n.5) na CVM; e
 - (n.6) na sede da instituição financeira que liderou a colocação das Debêntures, na hipótese do prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures.
- (o) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados no inciso "n" acima;
- (p) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, a Instituição Escrituradora, e/ou a CETIP;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações obtidas pela Emissora e informações públicas;
- (r) sem prejuízo do disposto na Cláusula VIII a seguir, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e ao Banco Central do Brasil;
- (s) examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe ou convocar a Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca de matéria, ou aprovar, nos termos do § 2º, artigo 57, da Lei das Sociedades por Ações, a alteração proposta;
- (t) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas;

7.5. Atribuições Específicas





com:

- (a) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

7.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1. Convocação

8.1.1. A Assembleia de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

8.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

8.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 30 (trinta) dias. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

8.1.4. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em circulação.

8.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em circulação,



independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

8.2. Quorum de Instalação

8.2.1. A assembleia se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se "debêntures em circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

8.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

8.4. Quorum de Deliberação

8.4.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o disposto neste item, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, observado que alterações na Remuneração e/ou Prazos de Vencimento, Repactuação ou Amortização das Debêntures e/ou dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

8.4.2. Sem prejuízo do quorum de 75% (setenta e cinco) previsto no item 8.4.1 acima, na hipótese de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação de Taxa DI, o quorum necessário para definição da nova Remuneração aplicável às Debêntures deverá ser composto por Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) do total das Debêntures em circulação.

8.4.3. Sem prejuízo do disposto nos itens 8.4.1 e 8.4.2 acima, caso o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas convoquem Assembleia Geral com o objetivo de alterar Remuneração e/ou Prazos de Vencimento, Repactuação ou Amortização das Debêntures e/ou dispositivos sobre

quorum previstos nesta Escritura, as deliberações tomadas devem contar com a concordância da Emissora.

CLÁUSULA NONA DECLARAÇÕES E GARANTIAS

9.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora:

- (a) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme § 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições
- (d) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil;
- (e) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (f) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (g) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições; e
- (h) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem nenhuma obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário.

9.2. A Emissora, neste ato declara e garante:

- (a) não ter conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (b) é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedades anônimas;
- (c) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;



- (d) todas as autorizações societárias necessárias à celebração desta Escritura e ao cumprimento de todas as obrigações assumidas nesta Escritura foram obtidas e encontram-se válidas, eficazes e em pleno vigor;
- (e) os termos desta Escritura não contrariam (a) nenhum contrato ou documento no qual a Emissora e/ou suas Controladas Relevantes sejam parte ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados; (b) nenhuma lei, decreto, regulamento a que a Emissora e/ou suas Controladas Relevantes ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (c) nenhuma ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial que afete a Emissora e/ou suas Controladas Relevantes ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (f) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, uma vez que foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade da Emissora;
- (g) estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, especialmente daquelas previstas na Cláusula Sexta – Obrigações Adicionais da Emissora acima;
- (h) as opiniões, análises e previsões (se houver), relativas à Emissora, expressas nos documentos da Emissão, foram dadas corretamente e de boa-fé, sendo expressas após consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (i) não há outros fatos em relação à Emissora, suas controladas e coligadas ou às Debêntures cuja omissão faça com que alguma declaração da Escritura seja enganosa, insuficiente, incorreta ou inverídica;
- (j) a Emissora quanto suas controladas e coligadas estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- (k) não há nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora ou nas suas controladas e coligadas, em suas condições financeiras ou outras, ou em suas atividades;
- (l) obteve todas as aprovações necessárias, sejam de caráter interno ou emitidas por entidades governamentais competentes, com relação a esta Emissão e à colocação pública das Debêntures;
- (m) não tem nenhuma ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação à esta Emissão;



- (n) ao deliberar pela realização da Emissão, a Emissora observou as exigências do bem público e de sua função social, conforme o artigo 154 da Lei das Sociedades por Ações, não podendo utilizar os recursos obtidos por meio desta Emissão de modo a contrariar tais exigências; e
- (o) atende os requisitos estabelecidos no parágrafo único, do artigo 19, da Resolução n.º 3.792, de 24 de setembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional.

9.2.1. A Emissora obriga-se de forma irrevogável e irretratável a indenizar os Debenturistas, o Agente Fiduciário e o Coordenador Líder desta Emissão, bem como seus respectivos diretores, empregados e consultores por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos pelos Debenturistas, pelo Agente Fiduciário e pelo Coordenador Líder da Emissão, seus respectivos diretores, empregados e consultores, em razão da inveracidade, insuficiência, inconsistência, imprecisão ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula.

9.2.2. Sem prejuízo do disposto no item 9.2.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas tornarem-se inverídicas, incompletas ou incorretas.

CLÁUSULA DEZ

DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Correção de Valores

Para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, todos os valores de referência nela constantes deverão ser corrigidos pelo IGP-M, a partir da data de assinatura desta Escritura. Essa disposição não se aplica à Cláusula IV – Características das Debêntures, a qual será regida por seus termos específicos.]



10.3. Custos de Registro

Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados à esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.4. Comunicações

10.4.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora

BRASILFACTORS S.A.

Av. Engenheiro Luis Carlos Berrini, n.º 1681, 8º andar
04571-011 - São Paulo - SP
At. Marcos Kairuz
Telefone: (11) 3523-1550
Fac-símile: (11) 2538-8988
E-mail: marcos.kairuz@brasilfactors.com.br

Para o Agente
Fiduciário

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Avenida Brigadeiro Faria Lima n.º 3.900, 10º andar
04538-132 - São Paulo - SP
At. Viviane Rodrigues
Telefone: (11) 2172-2694
Fac-símile: (11) 3078-7264
E-mail: vrodriques@planner.com.br

Para o Banco
Mandatário
e Escriurador

BANCO ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Aldredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100
Torre Olavo Setubal
04344-902 - São Paulo - SP
At.: Douglas Callegari
Telefone: +55 (11) 2797-4431
Fac-símile (11) 2797-3140
E-mail: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

Para a Instituição
Escriuradora

Itaú Corretora de Valores S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3400, 10º andar
04538-132 - São Paulo - SP
At.: Douglas Callegari
Telefone: +55 (11) 2797-4431
Fac-símile (11) 2797-3140
E-mail: douglas.callegari@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Av. República do Chile, n.º 230, 11º andar
20031-170 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2276-7474



Fax: (21) 2252-4303 // 2262:5483

Ou

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 1º andar,
01452-001 - São Paulo - SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3115-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

10.4.2. As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.4.3. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada, de imediato, a todas as partes pela Emissora.

10.5. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6. Foro

Fica eleito o Foro do domicílio da Emissora, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes firmam a presente Escritura, em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com as duas testemunhas a seguir assiuadas, a tudo presentes.


São Paulo, 07 de novembro de 2012.



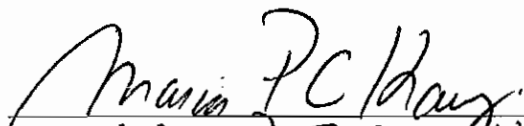
DUPLICATA

[Página de assinaturas 1/3 do Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirógrafária, Para Distribuição com Esforços Restritos, da Brasilfactors S.A.]

BRASILFACTORS S.A.



Nome: JOAO COSTA PEREIRA
Cargo: DIRETOR PRESIDENTE



Nome: MARCOS PINTO CESAR KAIRAUZ
Cargo: DIRETOR FINANCEIRO


Q 7



PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

[Página de assinaturas 2/3 do Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, Para Distribuição com Esforços Restritos, da Brasilfactors S.A.]

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.



Nome:

Cargo:

Viviane Rodrigues
Diretora



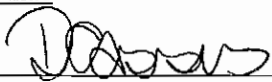
Nome:

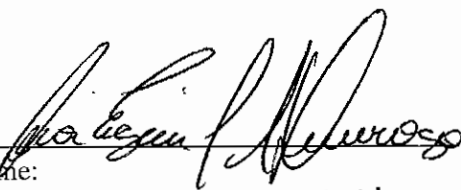
Cargo:

Flávio D. Aguiar
Procurador

[Página de assinaturas 3/3 do Escritura Particular da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Duas Séries, da Espécie Quirografária, Para Distribuição com Esforços Restritos, da Brasilfactors S.A.]

Testemunhas:


Nome: **Rejane Assis**
CPF: **RG: 33.116.450-4**


Nome: **Ana Eugénia J. S. Queirôga**
CPF: **RG: 15461802000-3**

